

RESENHA: CONHECIMENTO E CONSCIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO

RÊGO, Nicéia de Jesus Ferreira ¹

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; 190 páginas, 2003.

Marcelo Lopes de Souza é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFRJ), onde coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD), vinculado ao Departamento de Geografia. Bacharel e mestre em Geografia (UFRJ), especialista em Sociologia Urbana (UERJ) e tendo doutorado Geografia (área complementar: Ciências Políticas na Alemanha (Universidade de Tübingen - Alemanha), tem como centro de suas atenções profissionais o estudo dos vínculos entre mudança social e organização espacial. É autor de dezenas de artigos e capítulos de livros, publicados no Brasil e no exterior, além de cinco livros, a maioria dos quais versando sobre questões relativas às cidades, especialmente as grandes cidades. Tem assessorado prefeituras e entidades da sociedade civil em assuntos de planejamento e gestão urbanos. Seus dois últimos livros, O Desafio Metropolitano (com o qual foi um agraciados com o Prêmio Jabuti em 2001, na categoria Ciências Humanas e Educação) e Mudar a Cidade.

A presente obra é uma experiência de pesquisa no campo dos estudos urbanos, porém diferente dos livros anteriores escritos pelo mesmo. Trata-se de uma leitura esclarecida de todo acervo acumulado de conhecimentos, sobre suas pesquisas.

Souza destaca os dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, sendo que 82% da população brasileira viveram naquele momento em espaços considerados como urbanos, porém não considera um dado confiável devido a um problema conceitual e metodológico, por não ter consenso entre vilas e cidades conceitualmente, com poucos habitantes caracterizando aglomerando rural, porém são classificadas como urbanas. Considera o Brasil como um país predominantemente urbano, e que se urbaniza em grande velocidade, mas o grau de urbanização do planeta também tem crescido sem cessar.

Segundo Souza (2003, p.20), “não é simples fato de que a população urbana aumenta a proporção e tamanho absoluto”, mas em qualquer que seja a escala do Brasil

¹ Graduada em Geografia e Especialista em Geografia, Meio Ambiente e Ensino pela UNESPAR/FECILCAM. E-mail: niceiajfr@hotmail.com.

ou no mundo, tem feito a atenção de todos se voltarem, nas últimas décadas, cada vez mais para as cidades e seus problemas. Considera que apesar da gravidade dos problemas constatados no dia a dia da vida de qualquer morador de cidade média/grande, brasileira os livros que tratam dessa temática são muito temáticos/científicos, impossibilitando o leitor leigo a compreensão das discussões relacionadas a esses assuntos. Porque as obras disponíveis foram escritas por especialistas para especialistas e estudantes universitários, que futuramente se tornarão profissionais na área.

De acordo com Souza (2003, p.21), “ao grande público restam, opiniões, análises e impressões veiculadas pela imprensa, da autoria de jornalistas, políticos e administradores públicos, e só uma vez ou outra de pesquisadores de termos urbanos e profissionais de planejamento urbano”. Considera que as análises desse tema pelos meios jornalísticos não têm o rigor suficiente pautado em análises esclarecedoras, devido a brevidade e superficialidade imposta pelo veículo de divulgação seja este; revista, jornal, televisão ou rádio. Dessa forma, Souza pretende com o presente livro preencher esta lacuna, possibilitando o acesso a essa temática a pessoas leigas no assunto, porém embasado em conhecimento científico traduzidos em uma linguagem menos formal e normativa. Porém, levando conhecimento e informação aos indivíduos não versados no assunto, as causas dos problemas dos espaços onde vivem e as linhas gerais dos debates correntes sobre como superar os diversos problemas. Para que o indivíduo possa participar mais ativamente como cidadão, da vida da cidade, para não deixar se influenciar por políticos profissionais e técnicos a serviços do aparelho do Estado.

Para Souza definir cidade é algo muito complexo e difícil, porém no decorrer do século XX aumentaram as discussões sobre o conceito de cidade. Apresenta a teoria da *localidade central* de Christaller, que tem a cidade como um lugar de destaque e referência geoeconômico, onde as atividades econômicas vistas a partir da perspectiva espacial, determinada pela centralidade. Afirma que a cidade é um “centro de gestão do território”, porém nem tudo se resume à economia, destaca a *cultura* como importante papel na produção do espaço urbano e na projeção de uma cidade fora de seus limites físicos, assim como o poder religioso e político. A cidade não é apenas um local de produção de bens, sendo estes mesmos comercializados e consumidos. Para Souza a cidade é um local onde as pessoas se organizam e interagem, com interesses e valores diversos, formando grupos de afinidade e de interesses, e cada país adota seus próprios critérios que determinam o tamanho das cidades. É na cidade que se concentram as classes sociais como, por exemplo: os capitalistas; os trabalhadores da indústria e do comércio; e os profissionais liberais. E as mais diversas atividades econômicas, quanto maior a cidade maior é a diversificação.

Souza (2003, p.33), relata “se uma das cidades que faz parte de uma aglomeração urbana crescer e se destacar das demais, apresentando-se como uma cidade grande e com uma área de influência econômica, pelo menos, regional, então não está mais diante de

uma simples aglomeração, mas de uma metrópole”. As metrópoles são realidades sócio-espaciais que em alguns países é formalmente reconhecida como: *áreas metropolitanas*, porém no Brasil o termo formal é *regiões metropolitanas*. No Brasil nove regiões metropolitanas foram criadas na década de 1970. Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Neste período que o país vivia o regime militar estas primeiras regiões metropolitanas se deram sobre a égide do capitalismo e do autoritarismo da geopolítica interna. Porém novas regiões metropolitanas foram criadas posteriormente a Constituição de 1988, com a autonomia dos estados na criação. Juntamente com as metrópoles surge a megalópole, que autor afirma ser um sistema urbano fortemente integrado por fluxos de deslocamento diário de passageiros na base de transporte coletivos de massa e são formados por duas ou mais metrópoles muito próximas umas das outras e muito fortemente articuladas entre si. Considera que São Paulo ainda não é uma megalópole, e sim uma metrópole e talvez num futuro possa se tornar uma, após se juntar ao Rio de Janeiro, mas ainda vive um processo de formação. Cita algumas megalópoles mundialmente conhecidas como; a do Vale do Ruhr, na Alemanha; Tóquio-Yokohama-Nagoya-Osaka-Kobe, no Japão; a “Boswash” (Boston-Washington), nos EUA; a Chicago-Detroit-Cleveland-Pittsburgh, também nos EUA.

Para Souza se no Brasil existe uma megalópole considera o eixo formado pelas metrópoles São Paulo, Campinas e Santos. O termo “megacidades” nada mais é que às metrópoles considera um termo supérfluo e que se pode abrir mão. Através de relatos bíblicos segundo o autor uma das primeiras cidades foi Jericó na Palestina, 8000 anos antes de Cristo, são relatos dos primeiros assentamentos humanos.

Souza (2003, p.43) relata que “na verdade, mais importante que saber quais foram às primeiras cidades é saber em que contexto e como surgiram as primeiras estruturas espaciais classificáveis como urbana”. As primeiras cidades surgiram com o aparecimento da “Revolução Agrícola”, ocorrida no período pré-histórico conhecido como neolítico, com a prática da agricultura, tornando o homem nômade que até então se alimentavam da caça, da pesca e da coleta de vegetais, em moradores sedentários, organizando-se em comunidades e desenvolvendo técnicas da agricultura para alimentar populações e produzirem excedente para iniciar a economia de subsistência, por meio de troca. As cidades surgem neste período com o incremento da produção agrícola de alimentos, inicia-se o comércio e o surgimento da manufatura especializada. As cidades eram os centros hierárquicos de exercício do poder e dominação.

De acordo com Souza (2003, p.45) “em geral, contudo, acabou-se desenvolvendo, em muitos locais simultaneamente, um *aparelho de Estado*, vale dizer, uma estrutura de poder e de dominação formalizada, determinado, no seio da sociedade, uma separação rígida e autoperpetuável entre dirigentes e dirigidos entre *elite e povo*”. As cidades surgem como resultado de transformações sociais gerais, econômicas,

tecnológicas, políticas e culturais. Abrigam a população de não-produtores: governantes (monarcas, aristocratas), funcionários, sacerdotes e guerreiros. Porém, abrigam também artesãos especializados, como: carpinteiros, ferreiros, ceramistas, joalheiros e tecelões, que fortaleçam o comércio entre os povos através da manufatura. As cidades continuam transformando-se sem cessar, porém com a Revolução industrial no século XVIII este processo foi acelerado através da industrialização, surgindo novos termos e novos conceitos, como conurbação, metrópole megalópole, para ampliar a compreensão do fenômeno urbano. Acreditando que a cidade “está em toda parte”, não só em seus limites físicos se mostram mais complexa, com a conurbação e a integração de cidades formando aglomerações, metrópoles e megalópoles que se superpõem a uma malha territorial formada. Deixando para trás a oposição de cidade/campo em uma versão rígida. Mas não são todas as cidades que se articulam diretamente entre si através dos meios de comunicação e transporte, permitindo fluxos de informações, bens e serviços, porém outras se articulam indiretamente, por intermédio de outras cidades.

Segundo Souza nenhuma cidade existe totalmente isolada, sem trocar informação e bens com o mundo exterior, pois se esse processo deixar de existir, não seria uma cidade. De acordo com a intensidade dos fluxos, todas as cidades se encontram ligadas entre si no interior de uma *rede*, no interior da *rede urbana*. Mesmo na escala internacional, as cidades estão articulada entre si, econômica, cultural e politicamente. Relata que as cidades na qualidade de *centros de difusão* apresentam ao longo da rede urbana, como suporte para a disseminação de bens e idéias, através do processo hierárquico das cidades. Os bens são todos os produtos fabricados, tanto bens de consumo quanto bens de produção. Já as idéias são as inovações tecnológicas, utilizadas em bancos de dados referentes a fluxos financeiros, no interior da rede bancária.

Nos séculos XIX e XX o campo mostra-se cada vez mais dependente das cidades, dependente das máquinas e ferramentas produzidas nos centros urbanos; dos conhecimentos técnicos e tecnológicos gerados em universidades, laboratórios e centros de pesquisas localizados nas cidades; dos fertilizantes químicos, dos agrotóxicos e das sementes selecionadas produzidos nos núcleos urbanos e do sistema bancário da rede urbana.

Em se tratando de metrópole Souza destaca a influência de uma metrópole nacional, abrangendo todo território nacional, onde, bens e serviços nela produzidos e ofertados são distribuídos nacionalmente, sendo comercializados em todas as regiões do país. E faz outra consideração a respeito das relações hierárquicas no interior da rede urbana, tem a ver com o progresso tecnológico e os fatores institucionais que facilitam o transporte de bens e pessoas, as comunicações e a mobilidade espacial do capital em geral, resultando em aumento das inter-relações e interdependências econômicas entre firmas, cidades e países. Afirma que a rede urbana sofre transformações sob o efeito da globalização econômica e financeira. Menciona a mobilidade espacial em função da

renda, ou seja, dependendo do poder aquisitivo, mesmo residindo longe de um centro de alta posição na hierarquia da rede urbana, poderá pegar um avião e ir para um centro maior, se caso a situação financeira seja o contrário, devido a sua pobreza, ou não encontrarem em sua cidade o bem ou serviço que desejam, terão que abrir mão dele, por não terem condições de buscá-lo em um centro maior. Considera o *Shopping Center* como símbolo de descentralização das atividades terciárias, inicialmente associados a uma imagem de exclusividade e sofisticação, mas com o tempo tende a se adaptar as condições socioeconômicas, surgindo à figura do “*shopping popular*”, voltado para atender a classe média.

Em relação à violência considera que ela não pode ser urbana, porque ocorre em todos os lugares nas mais diferentes formas de complexidade, ocorrem em bairros nobres ou na periferia das cidades, e também no campo. Destaca a segregação residencial como um fenômeno urbano das grandes cidades e ocorrem por várias razões, entre elas, a pobreza e o racismo. A segregação deriva de desigualdade e, ao mesmo tempo, retroalimenta desigualdades, ao condicionar a perpetuação de preconceitos e a existência de intolerância e conflitos. Juntamente com a pobreza urbana e à segregação residencial, surgem outros problemas como a degradação ambiental, ocasionando desmatamento, deslizamentos em encostas e enchentes, agravando os problemas sociais. Outro problema destacado é o conjunto de dificuldades vinculadas a um sistema de tráfego ineficiente e caro. O transporte coletivo intra-urbano atende basicamente a população pobre, através da utilização de ônibus no caso da maioria das cidades brasileiras. Mas a segregação residencial ocorre em todas as classes sociais, ocorrem mesmo nas classes privilegiadas que preconceituosamente se fecham em condomínios luxuosos em nome da segurança, influenciados pelo medo, colocam-se a salvo do amedrontador “*mundo exterior*” por meio de muros, grades, guardas armados, câmaras de TV e carros blindados entre outros.

O autor relata que o desenvolvimento urbano além do aumento da área urbanizada, é acima de tudo um desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade, é a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e cada vez mais justiça social. Considera que o desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade é coerente e isento de grandes contradições.

Segundo Souza os problemas das cidades estão no “*planejamento urbano*” e na falta de vontade política, ou melhor, explicitando na falta de planejamento urbano, considera que os planejadores são “*planejados*”, formados/deformados durante seus cursos superiores e no ambiente de trabalho no dia a dia das prefeituras. Os planejadores profissionais precisam trabalhar com ética e técnica, e estarem preparados para um autêntico desenvolvimento urbano, sem deixar-se influenciar pelo aparelho administrativo, aliado a política e aos interesses econômicos. Relata que a solução para os problemas urbanos, não podem ser buscadas e alcançadas apenas por meio de

planejamento e gestão das cidades, tem que haver o envolvimento econômico, político e de intelectuais disponíveis no local. Propor uma “*reforma urbana*” não se circunscreve a uma remodelação do espaço físico, mas uma reforma social estrutural, tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida da população em especial a parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social, onde o aparelho do Estado tem um papel muito importante a cumprir, porém não é o fator determinante, porque o próprio sistema capitalista gera distorções em relação a justiça social e as agressões ao meio ambiente.

Relata Souza (2003, p. 116), “o capitalismo de produção é ótimo para gerar riqueza, mas péssimo para distribuí-la com justiça e com atenção para a necessidade de proteção ambiental”. Cabe a sociedade civil buscar e conquistar e manter espaços autônomos de ação, onde ações e planejamentos alternativos possam florescer mantendo uma vigilância crítica. Propõe que as organizações da sociedade civil estabeleçam alianças, cooperar entre si e desenvolver a capacidade de elaborar propostas de ação e políticas públicas, capazes de servir como ferramentas para pressionar o Estado e balizar a ação estatal, e realizar autonomamente, ações e projetos.

Após fazer todas as explicações relacionadas ao meio urbano não tem como fugir da realidade que acontece em todos os países, até mesmo nos mais pobres a urbanização acelerada. Teremos que aprender a viver da melhor maneira possível nesses espaços predominantemente urbanizados, sabendo tirar o máximo proveito possível da vida nas cidades evitando ou minimizando os problemas como a pobreza, a segregação, a criminalidade e o meio ambiente. É nas cidades que se concentram as contradições e os conflitos vividos pela sociedade.